PROJETO INTEGRADOR: RACISMO E EDUCAÇÃO. UM OLHAR PEDAGÓGICO À LUZ DE INSTALAÇÃO FOTOGRÁFICA NO ANFITEATRO KARAM MANSUR EM 2019

Integrator Project: Racism and Education. A pedagogical perspective highlighted by photographic installation at the Karam Mansur's amphitheater in 2019.

SANTOS, RAFAELA FERNANDA DOS
Centro Universitário de Jaguariúna

SILVA, BEATRIZ DE ALMEIDA
Centro Universitário de Jaguariúna

SILVA, GISLAINE SOUZA DA
Centro Universitário de Jaguariúna

SANTOS, SAMANTHA MILENA DOS
Centro Universitário de Jaguariúna

MORAES, LEANDRO ELIEL PEREIRA DE
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Resumo: A história brasileira vem sendo cada vez mais investigada e valorizada à luz da formação diversificada da cultura que o Brasil possui, ou seja, os povos originários brasileiros, que possuem uma herança historicamente oprimida e negligenciada, ganham a cada dia mais voz e influência a fim de apresentar a história como esta realmente é: uma história de exploração, resistência contra a escravidão e de diversidade. A cultura africana e indígena são partes intrínsecas da cultura brasileira e, de acordo com as leis 10.639 e 11.645, é obrigatório o ensino de tais culturas e da história desses povos nas escolas. A vigente pesquisa aborda o racismo na educação e é orientada pelo professor Dr. Leandro Eliel Pereira de Moraes, resultando em uma instalação fotográfica realizada em 2019. A partir de uma pesquisa bibliográfica, analisamos as diversas facetas do preconceito racial no Brasil e como este está incorporado na cultura brasileira e mundial, com o intuito de desconstruir o racismo presente nas práticas cotidianas de todos aqueles que tiveram contato com a instalação e, por fim, neste artigo.

Palavras-chave: História afro-brasileira; educação; racismo; cultura africana e indígena.

Abstract: Brazilian history has been increasingly investigated and valued in the light of the diverse forms of the culture that Brazil has, that is, the original Brazilian peoples, who have a historically oppressed and neglected heritage, are gaining more and more voice and influence each day. present history for what it is: a story of exploitation, resistance to slavery and diversity; African and indigenous

culture are intrinsic parts of Brazilian culture and, according to laws 10.639 and 11.645, it is mandatory to teach such cultures and the history of these peoples in schools. The current research approaches racism in education and it's guided by Professor Dr. Leandro Eliel Pereira de Moraes, resulting in a photographic installation carried out in 2019. Based on bibliographical research, we analyzed the various facets of racial prejudice in Brazil and how it is incorporated in the Brazilian and world culture, in order to deconstruct the racism present in the daily practices of all those who had contact with the installation, and, finally, in this article.

Key-words: Brazilian history; education; racism; African culture; indigenous.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com o crescimento da tecnologia e a expansão das redes sociais, debates vêm sendo levantados com a temática do racismo e da desigualdade racial no Brasil e no mundo. Apesar daquele já ter sido objeto de estudo de diferentes especialistas e uma preocupação social, os espaços virtuais possibilitaram maior visibilidade ao movimento negro, o qual atingiu novas porporções. Manifestações e movimentos negros têm ganhado cada vez mais força, gerando impactos em diversas áreas sociais, inclusive na educação, a fim de promover a igualdade racial. Embora muito já tenha sido feito e grandes conquistas tenham sido alcançadas, ainda existe um longo caminho a ser trilhado.

No ano de 2020, as ruas de Minnesota (EUA) e as manchetes do mundo inteiro foram tomadas pela história de George Floyd, um homem negro de 43 anos abordado e morto brutalmente pela polícia após uma denúncia de que o indivíduo estaria utilizando de cartões falsificados em uma loja de conveniência. Segundo a polícia, Floyd resistiu quando solicitado que ele saísse do carro. Entretanto, gravações de vídeo de uma testemunha presente no local mostram George Floyd deitado de bruços no chão, desarmado e imóvel, enquanto um policial pressiona o joelho contra o pescoço do homem, que afirma não conseguir respirar.

Cartazes e placas com a frase "Black Lives Matter" – Vidas Negras Importam –e "I can't breath" – Não consigo respirar – foram espalhados pelo mundo nas mãos de homens e mulheres, adultos e crianças negras na esperança de que a justiça pela morte de Floyd fosse feita e, além do mais, que cessassem as violentas abordagens policiais pelo mundo. Nas redes sociais a comoção não foi diferente: posts e hashtags foram espalhados como crítica à desigualdade racial nos Estados Unidos, local onde as manifestações foram iniciadas, e no mundo.

No Brasil, episódios como o mencionado e outros, a exemplo da morte de

jovens e crianças negras em abordagens e ações policiais nas áreas periféricas, são frequentes e geram revoltas diante da tentativa severa de silenciamento por uma estrutura racista na cultura brasileira. A partir de episódios como os mencionados, cabe a todo educador refletir sobre a educação e seu papel no combate ao racismo. Além disso, é necessário debater o quanto as escolas contribuem para a manutenção de mitos como a democracia racial e a meritocracia, e no que diz respeito ao crescimento de discursos racistas na sociedade, pois a escola, como organização social, não está alheia às questões sociais. Pelo contrário, também reproduz tais comportamentos em seu ambiente. Em decorrência disso, este projeto dedica-se a estudar, através da revisão bibliográfica, quais as origens, como o racismo se reproduz na sociedade brasileira e sua ligação com a educação e práticas docentes.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa é parte de um Projeto Integrador feito durante todo o segundo semestre do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Jaguariúna (UNIFAJ), realizado em 2019, o qual teve como resultado final a instalação fotográfica no saguão do anfiteatro Karam Mansur, localizado nas dependências da instituição, no dia 25 de novembro de 2019. Para tanto, esta pesquisa, de caráter qualitativo, consiste, primeiramente, em uma revisão bibliográfica narrativa.

Foram disponibilizadas, pelo professor orientador Dr. Leandro Eliel Pereira de Moraes, quatro obras que estruturam esta produção. Sendo elas: o capítulo “Ações Afirmativas no Brasil: um histórico do seu processo de construção”, de Sabrina Moehlecke e retirado do livro “A História da Educação dos Negros no Brasil” (2016); “A Presença Indígena na Formação do Brasil”, de João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire (2006); “África e Brasil: História, Cultura e Educação”, de Leandro Eliel Pereira de Moraes, Valter Pomar e Adriano Bueno (2015) e “Rebeliões da Senzala”, de Clovis Moura (1959).

A partir das obras citadas, o professor designou sete capítulos que analisavam mais profundamente o tema debatido. Desse modo, cada aluna escolheu seu texto, leu e documentou em fichas o entendimento de seu respectivo capítulo, com o propósito de sintetizar as ideias sobre o assunto. Posteriormente, em um esquema de rotatividade, as fichas e os capítulos passaram para a próxima aluna, que analisou o texto e completou o resumo, assim sucessivamente até completar um ciclo de sete rodadas. Portanto, todas as integrantes puderam se

aprofundar igualmente acerca das leituras, e, a partir desses sete fichamentos, a pesquisa ganhou forma e foi enriquecida com demais obras e artigos pertinentes.

No que diz respeito à instalação fotográfica de setembro a novembro de 2019, as pesquisadoras reuniram imagens de personalidades negras, manifestações políticas, culturais e sociais, além de partilhar figuras que representavam costumes e tradições afro-brasileiras. Para isso, foram utilizados impressos provenientes de sites e blogs como instrumento de busca, bem como recortes de revistas. As fotos foram devidamente referenciadas na intenção de preservar os direitos autorais dos artistas. Além do mais, a intervenção utilizou tanto cartazes cheios de citações e biografias de personalidades negras quanto materiais provocativos com frases racistas, os quais, infelizmente, fazem parte do imaginário social. À medida que os visitantes paravam para ler as frases, as autoras os abordavam para produzir um espaço de diálogo e reflexão. O saguão também foi ambientado com músicas militantes de artistas pretos. O capítulo anexo desta pesquisa contém fotos do dia da intervenção fotográfica.

3. BREVE HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA NEGRA BRASILEIRA

A questão do preconceito racial no Brasil nos remete para o processo de desenvolvimento capitalista mundial, isto é, para o surgimento do mercantilismo, do colonialismo e do tráfico transatlântico de escravizados. No Brasil, com a invasão portuguesa, tal dinâmica foi imposta por meio da violência e da apropriação de riquezas com a escravização indígena e africana. Essa é a origem do preconceito racial no Brasil.

A história do povo negro é constituída por inúmeras lutas e reivindicações por direitos e representatividade, sendo uma das principais e mais importantes a do reconhecimento de sua história para a construção de uma identidade, imagem e autoestima. O povo negro é estigmatizado pela escravidão e, na maioria das vezes, silenciado por ela, como se tal fato “ditasse” a sua forma de viver no mundo.

É retrogrado pensar e disseminar a ideia de passividade e conformismo dos negros em relação ao sistema de escravidão. A resistência é pouco reconhecida mas sempre presente, entendida como um sinônimo de luta e sobrevivência de um povo que busca igualdade entre raças até hoje. Piadas pejorativas, criminalização e marginalização, sem citar atos segregacionistas, a escravidão relatada sob uma perspectiva europeia e a falsa democracia racial são fatores que favorecem

drasticamente a perpetuação do racismo e da discriminação, expressões da desigualdade social.

Anteriormente ao escravismo no Brasil,essa forma de exploração já existia em variadas partes do mundo, no entanto, não era a mesma concepção de escravismo que entendemos nos dias atuais. O que, de fato, vale ressaltar é que os portugueses se deslocavam até a África e, a fim de exercer o domínio, exploravam estratégias semelhantes as usadas anteriormente com os indígenas, incentivando discussões e conflitos internos de forma que as civilizações destinadas a serem colonizadas se desequilibrassem e fomentassem disputas entre si.

Durante o percurso da África até ao Brasil, os negros eram acorrentados e empilhados nos porões dos navios, mais tarde denominados navios negreiros, por meses. A maioria da população negra vinha a óbito, e os poucos que conseguiam sobreviver o faziam em condições subumanas. Ao se estabelecerem, eram divididos em grupos linguísticos distintos para dificultar a comunicação.

Sob o olhar dos colonizadores, a formação dos quilombos, tão bem quanto as fugas, eram encaradas como desobediência à regra e à ordem. De acordo com MOURA (1959), os quilombos foram considerados um dos maiores atos de resistência no período escravagista. Eles podem ser definidos como fortalezas socialmente organizadas que louvavam a cultura tribal africana e demais práticas de origens até então banalizadas pelos colonos. Essa sociedade era organizada hierarquicamente com base na sedimentação de valores, além de apresentar um modelo agrícola como técnica para garantir a sobrevivência dos fugitivos. E, seguindo o propósito de adquirir objetos e mantimentos que não eram produzidos nos quilombos, manifestações voláteis independentes eram estruturadas, as chamadas Guerrilhas, as quais saqueavam locais que pudessem prover tais necessidades.

Dentre tantas comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, que, arduamente, travaram guerras protestando contra a escravidão e ratificando sua liberdade, reafirmando, portanto, que o processo de escravidão não foi tão passivo como a história colonizadora dita, destacam-se três. As resistências do Quilombo de Campo Grande, um dos mais influentes da época com cerca de 20 mil refugiados; Quilombo do Ambrósio, o qual resistiu por anos, e o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi e sua companheira Dandara, ambos assassinados por bandeirantes, sendo este o quilombo mais conhecido e citado na trajetória

escolar. O dia do assassinato do casal, inclusive, transformou-se no Dia Nacional da Consciência Negra. Percebe-se, então, que os Quilombos se fincaram como parte fundamental de representação negra e um rico acervo de histórias.

Avançando um pouco, ainda no século XIX, mais da metade da população brasileira era negra escravizada à medida que a igreja católica predominava, dogmatizava e fomentava o sistema escravagista. As Irmandades religiosas dos Pretos eram instituições autônomas e se fortaleciam administrando e organizando práticas ou lutas em combate à escravidão, uma vez que a desorganização do trabalho escravo era grande. Também, eram responsáveis por definirem ações pensadas no pós fuga dos escravizados, já que, posterior a liberdade, não tinham mantimentos e nem oportunidades de trabalho. (SANTOS e RODRIGUES, 2015 p.348-351).

Com a implantação da Lei Áurea em 1888, que garantia a “suposta” liberdade da escravatura, o movimento negro persistiu sob uma perspectiva diferente. Mesmo sendo “homens livres”, a sociedade permanecia estruturalmente racista, impedindo-os e bloqueando-os de qualquer atividade social, de modo que a população negra fosse realmente marginalizada. Alguns anos após a lei abolicionista, embora a sociedade não tenha “concedido” oportunidades de desenvolvimento aos negros, os mesmos criaram organizações que visavam melhores condições de resistência e de vida, construindo pequenas escolas e teatros pensando em fornecer cultura e educação ao povo negro.

Durante a Era Vargas, houve uma tentativa de apagamento da escravização com a construção cultural de uma sociedade democraticamente miscigenada, em que europeus, indígenas e negros deram igualmente contribuições à formação sócio-histórica do Brasil, excluindo o processo de violência colonial vivido pelos indígenas e negros. Tal ideia fantasiosa de democracia racial foi combatida por vários intelecutais, com ênfase aos pensadores negros. Além desse debate mais geral e teórico, outras iniciativas importantes surgiram, a exemplo do desenvolvimento da Frente Negra Brasileira, em 1931, uma entidade que promoveu a auto organização da população negra em diversas atividades assistenciais, educativas e culturais; a criação da União dos Homens de Cor (UHC), em 1943, a qual tinha como premissa favorecer tanto o nível econômico quanto o intelectual da população negra em consonância com o TEN (Teatro Experimental do Negro), criado em 1944, que trabalhava ativamente com a temática racial por meio da representatividade, promovendo, assim, a libertação

cultural. O TEN descobriu inúmeros artistas nacionais negros relevantes. Entre tantas outras entidades, ressaltamos uma importante rede de jornais e revistas de entidades e movimentos negros em algumas partes do pais, demonstrando que havia uma resistência cultural dessa população.

Contudo, vale ressaltar que, após a ditadura militar, a luta e a voz da população negra foram, novamente, suprimidas. Posterior ao golpe de 64, os movimentos de contestação sofreram desequilíbrio devido à grande opressão presente na época. Salienta-se que o Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado em São Paulo, em 1978, com o propósito de debater políticas públicas destinadas à população negra no final da Ditadura Militar.

A partir dos grandes movimentos operários no final dos anos 1970, somados ao surgimento do PT, CUT e do MST, bem como a legalização dos demais partidos, uma onda de reorganização dos movimentos ocorreu, com destaque para os movimentos negros. Eles passaram a exigir novas demandas de políticas reparatórias e políticas públicas específicas para o povo negro.

Em suma, os acontecimentos comentados são alguns dos veículos que representaram a voz e a imagem do povo negro e que contribuíram positivamente para a construção de sua autoestima e identidade. As mudanças nas estruturas organizacionais e nas leis aconteceram em decorrência das inúmeras pressões dos protestos da comunidade negra. O que caracteriza o mito da democracia racial em solo brasileiro, dado que, somente com conflitos, o Estado toma alguma providência. Evidencia-se que a população brasileira negra permanece lutando, junto com outros setores sociais oprmidos, para combater o racismo estrutural em nossa sociedade.

4. RESGATE E MEMÓRIA A LUTA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Diferentes etnias fizeram parte do processo de formação do povo brasileiro, como: indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Isso se deu principalmente em razão dos processos de Colonização e Imigração. Entretanto, vale a pena ressaltar que a História do Brasil sempre foi contada pela perspectiva do branco colonizador. E, dessa maneira, carregada de muitas ideologias, estereótipos e preconceitos, os quais acabaram reduzindo, silenciando e violentando a significância indígena tão bem quanto a africana na constituição brasileira.

De acordo com OLIVEIRA e FREIRE (2006), as missões jesuítas, envoltas de

interesses políticos e econômicos, regidos por princípios étnico-religiosos, tentaram e conseguiram, por um período, sucumbir toda a cultura e tradição indígena, ação que deixou intensas marcas até os dias de hoje. Desde as primeiras relações e contato com invasores coloniais, passaram por inúmeras guerras, alianças e doenças, sendo que cada tribo indígena reagiu a todos os ataques a sua maneira.

A resistência se intensificava a partir da penetração do conquistador no interior do país na busca de metais preciosos e na expansão dos latifúndios, processo que, na maioria das vezes, acontecia de forma sanguinária. Houve importantes momentos de resistência, citamos aqui: a Guerra dos Bárbaros (1650-1720); a Guerra de Orobó (1657-1659); a Guerra do Aporá (1669-1673); as guerras no São Francisco (1674-1679) e a Revolta da Ajuricaba (1723-1728).

Mesmo após tantas rebeliões, as missões jesuítas se restituíram em razão das alianças espanholas e expandiram-se. Isso resultou em pacificações forçadas dos autóctones Guaranis e a batalha de Caiboaté (1756), na qual se deu fim (por hora, visto que ataques violentos à população indígena ainda acontecem de diferentes formas) nas batalhas sanguinolentas. Dessa forma, este pequeno recorte foi feito, também, com a missão de resgatar a memória a luta dos povos originários.

5. O RACISMO NO BRASIL

Durante as últimas décadas do século XX e início do século XXI, o Brasil testemunhou o aumento gradativo não só das chacinas quanto das agressões contra a população negra, além da contínua barbárie em relação aos indígenas. Tal agressividade, motivada pelo racismo e grandes interesses econômicos presentes na sociedade brasileira, tornou-se tão frequente que acabou por ser naturalizada, de modo que não se enxerga ou se admite o doloroso impacto social dessa realidade. Fator que deve-se, também, ao racismo estrutural enraizado socialmente.

A violência e o terror diário contra negros e indígenas da população brasileira não é ilusória ou invenção, mas o reflexo de anos de um sistema opressor do qual a elite branca foi e é beneficiada, alimentando a desigualdade racial. Além disso, existe uma tentativa, sedimentada pela classe dominante, de descreditar as conquistas do movimento negro ao defini-las como privilégios e benefícios, e, assim, o racismo é transformado em uma prática cada vez mais

velada e maior. Na construção do país, o trabalho negro foi executado para garantir o conforto das elites e priorizar os interesses das autoridades, o que gerou uma sociedade economicamente desigual. Logo, pode-se afirmar que não existe a possibilidade de um racismo às avessas, já que a carga histórica estrutural, os danos, as mortes, a escravidão e a desigualdade a longo prazo não aconteceram nas mesmas proporções ao branco pela cor de sua pele.

Dito isso, para compreender o porquê do Brasil ainda permanecer com uma extensa dívida com a população negra, além de saber, de fato, como funciona e está estruturado o racismo no Brasil, é necessário que a visão e percepção sobre o tema em questão sejam ampliadas e realizadas de forma profunda. Desconsiderando, desse modo, achismos e analisando historicamente as percepções rasas e do senso comum. Ademais, também é importante que conceitos como a falsa democracia racial, ideologias de branqueamento, políticas de naturalização entre as relações sociais, o silêncio e a ignorância sejam devidamente discutidos. No entanto, essas ações devem estar acompanhadas pelo combate às desigualdades sociais no país. Temos uma elite econômica que não aceita níveis crescentes de melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira, nem do aumento da participação popular nas decisões políticas. Quando isso ocorreu, tais elites se valeram de golpes preventivos a fim de manter intactos seus privilégios políticos, econônicos e sociais. Nesse sentido, as ações no campo cultural e educacional devem estar acompanhadas de movimentos sociais e políticos concretos de redução drástica das desigualdades econômicas, de maneira que possamos falar em uma sociedade mais justa e que luta contra o racismo e o preconceito.

Outros eixos norteiam, também, a discussão sobre racismo no Brasil. São eles: a desigualdade ocupacional, que diz respeito à discriminação ao acesso, salários e mobilidade social e a desigualdade jurídica, a qual pode ser vista no espectro penitenciário, advinda das práticas discriminatórias policiais, prisionais e judiciárias. Esta tem relação estreita e dialética com as desigualdades institucionais que garantem a exclusão do povo negro de políticas concebidas pelo Estado, perpetuando uma hierarquia racial. Além do mais, citamos a desigualdade locacional, entendida como a repartição geográfica hierarquizada na qual os negros que, predominantemente, residem nas favelas, morros e bairros periféricos são constantemente submetidos às ações policiais violentas.

Outro ponto a ser evidenciado é a desigualdade educacional. Nela, pode-se

observar a naturalização da branquitude, especialmente no Brasil, que se dá por diversas influências televisivas, gestuais e representativas provenientes da Europa, bem como da educação tradicional que exerce uma exclusão racista com propósitos europeus. São indiscutíveis as mudanças necessárias nos sistemas de ensino, a exemplo da formalização de projetos pedagógicos e metodologias docentes com o propósito de esclarecer que o eurocentrismo não é, e não pode ser, uma medida universal. Também, é preciso ressaltar que a formatação predominantemente eurocêntrica dos currículos escolares atuais, em consonância com as desigualdades produzidas pelo racismo presente no Brasil, são responsáveis pelo fracasso escolar de negros e indígenas, com uma trajetória marcada pela reprovação e evasão.

O senso comum oculta o racismo na vida diária e adia a discussão da problemática com discursos que apontam a miscigenação como um sinônimo de democracia racial. Essa justificativa pode ser observada em discursos como: “eu não sou racista, tenho vários amigos negros” e “eu já discuto racismo com meus alunos nas aulas de história do Brasil”. Até mesmo em programas televisivos, que correspondem a um espaço de educação informal, a ausência ou o apagamento de personalidades e personagens negros são fatores que reforçam as desigualdades raciais no país.

É possível observar que, principalmente no panorama das Ciências Humanas, o currículo escolar é estruturado diante de uma perspectiva eurocêntrica. A qual supervaloriza, desse modo, as contribuições de grandes pensadores tanto norte-americanos quanto europeus, narrando a história do Brasil e do mundo pela ótica do colonizador e (quase) nunca do colonizado. Esse comportamento revela o empenho de apagamento do Sujeito Negro enquanto Sujeito Histórico. (ANTONIO. 2015. p.383-385).

Existe um ímpeto esforço em branquear a corporeidade negra do processo de construção da identidade brasileira. E quando tentam evidenciar tal “contribuição”, escoram-se na pauta da beleza da miscigenação, vendendo a imagem de um país democrático racialmente, ocultando que esse processo não foi consentido, tampouco natural. Mas, na realidade, estruturado de forma violenta, dolorosa e desumana, chamando de contribuição os valores, costumes, crenças e hábitos que na verdade expressam a Resistência Negra.

Assim sendo, ao longo de toda formação sócio-histórica do Brasil, as relações de hierarquização estiveram empenhadas em criar espaços repressores

de toda manifestação cultural. Mostrando-nos, mais uma vez, como o Racismo à Brasileira é estruturado por ideologias e políticas. Destarte, o branqueamento cria barreiras que impedem a ascensão do povo negro, fomentando as disparidades, atenuando as desigualdades e prevalecendo o *status quo.* É válido mencionar que o projeto de apagamento/ branqueamento não se aplica somente ao discurso da miscigenação, mas está inserido, explícito e implicitamente, nas diversas políticas que excluem, discriminam e abandonam socialmente a população preta. Fazendo com que espaços de resistência sejam tomados, silenciados e saqueados, sejam terras, discursos, ideias ou teorias, reforçando a figura do branco colonizador como "descobridor" e "inventor" absoluto de maravilhas.

O mito da democracia racial é uma estratégia de ilusão e conformação: promove a alienação de povos não-brancos, potencializando e reproduzindo as ideias de uma convivência harmoniosa entre as raças. Isso é feito para que não tenham a percepção das relações de desigualdades as quais são submetidos, permitindo que a classe dominante perpetue seu papel de poder e mantenha sua oliquarquia. Portanto, revela-se como tal teoria deveras enrijece as estruturas racistas que o país se sustenta. É necessário, pois, não reduzir o racismo a uma questão social e associá-lo unicamente às condições nas quais se deram o fim da escravidão, mas reconhecê-lo como um sistema enraizado nos costumes brasileiros, o qual é reproduzido diariamente, às vezes, sem intencionalidade, porém perpetua relações discriminatórias. (ANTONIO, 2015. p.386-388).

Segundo o professor Munanga (2003), o conceito de Raça traz consigo uma abordagem biológica na tentativa de denominar aqueles que não fossem brancos. No século XVIII, a cor da pele era fundamental na designação e distinção de raça. Posteriormente, no século XIX, atributos como formato dos olhos, queixos, nariz e boca começaram a contar para o aprimoramento da ideia racial.

A questão sanguínea passa a valer no século seguinte, em que a junção de laços afetivos entre negros e brancos é considerada, entrando em pauta as "sub-raças" (amarela e parda). Com todo o aporte teórico, os estudiosos entendem que o conceito de Raça não é exclusivamente biológico, visto que existem diferentes tons e subtons presentes na sociedade, a "miscigenação". Logo, entende-se que a utilização do termo "Raça" é considerada ofensiva, sendo urgente a luta em retirar a palavra dos dicionários. Afinal, ela está associada à hierarquização de povos, reforçando os brancos como raça superior aos negros.

Agora, a Etnia está atrelada diretamente às vivências culturais e sociais de

um determinado povo, isto é, perante a cultura, somos socialmente distintos, com costumes e tradições próprias. A partir desse pensamento, a língua, religião, culinária, o modo de viver, entre outros, são fatores que constituem e constroem a vida de cada grupo local enfatizando a multiculturalidade.

6. AÇÕES AFIRMATIVAS

Com o processo de redemocratização do cenário brasileiro, debates polêmicos surgem na tentativa de entender quais seriam os métodos qualificados para a criação de políticas afirmativas que pudessem reparar as injustiças que o Estado promoveu contra a população negra e indígena desde o início da colonização brasileira.

Posto isso, um dos métodos propostos é a Ação Afirmativa ou também chamada Política de Cotas. Segundo a contribuição de BARROS, FONSECA e MOEHLECKE (2016), podemos compreender, de maneira geral, que tal ação, quando estabelecida, promove a representação e a inserção de um grupo discriminado pela sociedade em espaços sociais que lhe foram negados, através de uma política de caráter social. Conferindo-lhes, assim, oportunidades e a preservação de direitos fundamentais. Nesse sentido, a ação afirmativa possui duas concepções principais: ação compensatória, que tem a finalidade de compensar uma causa na qual um cidadão sofreu um ato de segregação, e a ação preventiva, responsável por prevenir um comportamento que fira a integridade de um grupo minoritário.

Dessa forma, sob a perspectiva do âmbito educacional, pode-se observar com clareza os efeitos de uma ação afirmativa expressa na criação do sistema de cotas raciais e sociais para o acesso a universidades, por exemplo. Uma vez que a cota estabelece que determinada instituição tenha um porcentual ocupado por um grupo minoritário/excluído, minimizando a desigualdade, criando ambientes mais inclusivos e aliando a representatividade ao combate do Racismo. Evidencia-se ainda que, no Brasil, o sistema de cotas exerce medidas assistenciais contra a pobreza, atribuindo, portanto, forte caráter social, o que implica uma postura mais adequada do Estado quanto à realidade histórico-social da população brasileira negra.

Através das Ações Afirmativas, foi possibilitado o acesso a empregos e a instauração de leis que garantissem tais vagas tanto no setor público quanto privado, bem como participação política, preservação de Patrimônios Culturais e

criação de fundações, bolsas e programas governamentais. Especificamente, no que diz respeito à educação, o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) viabilizou que as ações afirmativas garantissem o acesso e a permanência dos negros na educação, seja ela pública ou privada. O que acabou auxiliando a vida das pessoas negras, estas estigmatizadas pelo retrocesso social causado pela discriminação racial, e permitindo uma comparação a uma espécie de indenização pelos anos de escravidão. Como resultado disso, leis importantes foram instituídas, a exemplo das de nº 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais trouxeram obrigatoriedade do estudo de história e cultura indígena, africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Além do mais, foram responsáveis por readequações estruturais diretamente em livros didáticos a fim de romper com a narrativa colonizadora que vem sendo veementemente criticada na pesquisa vigente.

Destacamos ainda que o debate brasileiro sobre ações afirmativas causa muita polêmica. Há quem diga que essas políticas públicas partem de uma perspectiva de direitos ou de “privilégios”. Quem defende a ideia de privilégio entende que o grupo “beneficiado” seria visto como inferiorizado, isto é, incapaz de vencer por seus próprios méritos, desse modo, as políticas de cotas, seguindo esta visão, reafirmariam um processo de “diferenciação”. No entanto, mediante a tudo o que foi exposto até aqui, deve-se considerar que tal visão seja simplista demais quando comparada a toda a carga histórica que os negros carregam consigo.

Em suma, o Estado, duramente pressionado por movimentos sociais da comunidade negra, elaborou projetos, programas e Leis na intenção de “amenizar” o racismo estrutural. Logo, entende-se que a Política de Cotas busca fazer uma reparação histórica aos anos marcados pela escravidão, porém, somente ela não basta. É de extrema importância reconhecer a realidade do povo negro, enxergar as facetas da discriminação racial e visualizar que as oportunidades não são as mesmas do branco, reafirmando, assim, que a política de cotas é o primeiro grande passo para a construção de uma sociedade mais justa.

7. REFLEXÕES PARA COMBATER O RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

A presença do racismo na sociedade brasileira não é questionável, sobretudo

nos tempos das redes sociais, em que cada um possui espaço para falar e ser ouvido. A escola, como espaço social, não está alheia às problemáticas presentes na sociedade, inclusive a tratada neste momento é reproduzida na instuição e nas salas de aula.

Dessa maneira, compreende-se que cada criança adentra a escola munida de uma bagagem cultural, decorrente de sua trajetória, vivências e experiências, e que esta bagagem – a qual, por uma questão de terminologia, demonina-se de Capital Cultual conforme a contribuição do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1992) – contribui na propagação das desigualdades sociais. O que fomenta a ideia de que a sala de aula é nada mais que um espelho da sociedade em que está inserida, reproduzindo, portanto, estruturas racistas. Uma vez que, dentro da sala de aula, alunos pretos e brancos herdam capitais culturais distintos tão bem quanto repertório, conhecimentos e acessos diferentes. Sendo assim, o privilégio branco faz com que os alunos não partam de um mesmo ponto. Por isso, a necessidade de "nivelar" o conhecimento, ou seja, oferecer ao aluno preto acessos a espaços sociais e saberes que lhe foram negados, além de iniciativas para estimular sua autoestima e seu orgulho por meio da representatividade e identidade. Ao aluno branco, por sua vez, é fundamental incentivar o exercício de identificação de posturas racistas, para que o mesmo possa se desconstruir criticamente. Além disso, a partir de uma posição privilegiada, oferer seu local de fala e de permanência com o objetivo propagar posturas antirracistas, visando, efetivamente, a ruptura da reprodução por meio da educação. Todavia, sabemos que apenas ações educacionais não são suficientes para acabar com o racismo, é necessário, na realidade, a conjunção de fatores políticos, econômicos e sócio-culturais.

Assim, no que refere-se à educação, é necessário que, no constante exercício da práxis, como diria Paulo Freire, isto é, de prática e reflexão sobre a prática, todo educador questione a si mesmo sobre suas motivações profissionais: gostar de criança não é o suficiente para uma prática transformadora, afinal, quando se "gosta de criança", de qual criança se fala? Existem diferentes modos de ser criança e o professor, motivado por seu gosto por elas, corre o risco de gostar daquela idealizada, infância esta que não reproduz com fidelidade os modos de ser criança da sociedade brasileira.

Dito isso, é imprescindível que cada prática pedagógica presente na escola

esteja comprometida com a representatividade da criança negra. Para que uma formação afetivamente aproximadora seja possível, é essencial que a criança negra seja valorizada na forma como a mesma se vê e percebe-se no mundo:

> A necessidade de discutirmos as relações étnico-raciais e sua formação na sociedade brasileira é imprescindível para que a criança negra possa ter uma formação positiva no que concerne à sua autoimagem, considerando a forma de se olhar / ser olhada, perceber / ser percebida e se aceitar / ser aceita nos diferentes espaços que compreendem a sociedade (LUIZ, 2015, p.427).

Não há a possibilidade de compreender a identidade nacional e histórica brasileira deixando de lado a história da população negra, bem como a dos povos originários. Aqui, compreende-se a história da África, de sua colonização e do Movimento Negro a fim de que as crianças negras se vejam retratadas de maneira positiva na sociedade, posto que, ambos, negros e indígenas, influenciaram e são partes constituintes da história e cultura brasileira.

Nesta reflexão, vale ressaltar o significado do conceito de raça, o qual foi ressignificado pelo Movimento Negro por não dizer respeito apenas às questões físicas e fenotípicas. Na realidade, ser negro vai além do sentido biológico que determina a cor da pele ou os traços do rosto: carrega o posicionamento de enfrentamento às desigualdades raciais. A partir de tal autodeclaração, combates ao racismo velado foram e são fortalecidos.

Nas formações de professores e manifestações de muitos educadores, infelizmente, ainda existem ideias de culpabilização da vítima. Algumas falas e práticas docentes, por exemplo, ainda insistem que o negro sofre racismo pelo fato de que “ele mesmo não se aceita”. Um outro ponto, também, é que, por vezes, a palavra “negro” é usada de forma pejorativa e não como uma identidade étnico-racial, fora os que ainda afirmam que “não existe racismo no Brasil, ao contrário do que se vê em outros lugares”.

Destarte, para que os professores sejam formados devidamente, é necessário compreender criticamente os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista, suas desigualdades, métodos de exploração e dominação, e como tudo isso se relaciona com as questões étnico-raciais. Além do mais, é

fundamenal considerar e desconstruir o mito da democracia racial, ideia que afirma que todas as raças têm igualdade no Brasil no que tange aos direitos humanos e sociais, bem como o pensamento de passividade dos negros diante da escravização. Deve-se assumir o racismo institucional no país e lutar para modificá-lo através da história. Ainda, vale ressaltar que a história da escravidão foi contada por aqueles que escravizaram e não pelos escravizados, o que contribui para a propagação do racismo. Dessa forma, a partir de tudo o que foi mencionado, entende-se que práticas pedagógicas e aulas dispostas a alterar esse ensino são validas e devem ser levadas em consideração por todo educador comprometido com a educação transformadora e de qualidade para todos.

8. PROJETO INTEGRADOR: INSTALAÇÃO FOTOGRÁFICA EM 2019

A intervenção fotográfica realizada no dia 25 de novembro de 2019, no saguão do Anfiteatro Karam Mansur, nas dependências do Centro Universitário de Jaguariúna (UNIFAJ), relacionou e ilustrou todos os capítulos sistematizados, criando, através de meios artístico e sensoriais, ambientes fomentadores de reflexão a respeito da relação entre racismo e educação.

O espaço contou com instalação de fotografias retiradas da internet, após seleção e referenciação, e desenhos elaborados por uma das participantes no projeto. Desse jeito, alguns painéis temáticos preencheram o saguão com os temas: “Diga Não ao Racismo”; “Cores de Pele”; “Representatividade Negra” e “Escravidão Nunca Mais”. Ademais, em uma mesa foram expostas diversas matérias sobre o racismo na atualidade, frases presentes na linguagem coloquial do imaginário social que, apesar de veladas, são racistas, em contraste com matérias exemplificativas de ações afirmativas relevantes. Ambientaram o espaço, também, músicas de artistas negros consagrados como, por exemplo, Milton do Nascimento, Gilberto Gil, Sabotage, Racionais MCs e Elza Soares.

Ao decorrer da exposição, as alunas abordavam os espectadores e instigavam um diálogo acerca do tema. Pode-se salientar que este Projeto Integrador foi enriquecedor e afetivamente marcante. Muitos preconceitos foram desconstruídos e, apesar da consciência do inacabamento (FREIRE, 1983), houve a desconstrução de pré-conceitos e compreensão da importância do papel do docente na luta antirracista.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa científica teve como ponto de partida investigar as faces do Racismo e seu impacto na sociedade brasileira. Compreendemos que tantos os negros quanto os indígenas, vítimas da opressão das velhas e novas elites, ajudaram, significativamente, na construção da imagem do povo brasileiro, e é necessário traçar esse caminho de forma respeitosa e valorosa. Vistos equivocadamente como coniventes com todo o movimento escravagista, os povos citados são marcos de resistência, força e luta.

A discriminação racial é fortemente vista em nossa estrutura de sistema de ensino, sendo de suma importância o debate sobre o papel do professor enquanto formador de futuros adultos antirracistas. É pertinente que o educador repense sua prática a ponto de estar preparado e disposto a buscar metodologias pedagógicas que saibam representar e valorizar a criança negra e indígena. Isso deve acontecer no cotidiano escolar e estar atrelado às disciplinas a serem estudadas, auxiliando na prevenção de atitudes discriminatórias e na luta contra a desigualdade, pensando, assim, em dar protagonismo para a criança negra.

É no ambiente escolar que a discrepância socioeconômica entre negros e brancos se mostra cada vez mais evidente, expressa pela existência de um dualismo educacional, isto é, escolas destinadas às elites e outras para o povão. São nas instituições públicas que os setores populares, dentre eles a população negra, se encontram. Portanto, a valorização da educação pública, laica, gratuita e de qualidade é parte da luta contra o racismo.

A força do racismo é inegável, porém a educação é uma arma poderosa para o enfrentamento de tal prática, sendo esperado que um ensino de qualidade e acolhedor possa prevenir ações racistas. Contudo, para que isso seja concretizado, é indispensável que o Estado adote políticas públicas efetivas. Embora seja crucial o olhar aguçado para compreender a estrutura organizacional da educação brasileira, de modo que façam as alterações necessárias em combate ao racismo. Além disso, vê se a exigência em abordar os anos de escravidão sob uma perspectiva crítica, enfatizando, assim, a importância da comunidade negra para a construção da nossa sociedade.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro :Graal, 1992.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. FONSECA, Marcus Vinicius. MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). **A história da Educação dos Negros no Brasil - Ações Afirmativas no Brasil: um histórico do seu processo de construção.** 1° edição. Editora EDUFF. 2016.

BORDIEU, Pierre. **A Reprodução.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BUENO, Adriano. MORAES, Leandro Eliel Pereira de. POMAR, Valter, et al. **África e Brasil: História, cultura e educação.** São Paulo. 1ª edição. Editora Página 13. Nov, de 2015.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença Indígena na formação do Brasil**. Coleção: Educação Para Todos. Brasília. Edições MEC/Unesco. Nov, de 2006.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. 3ª edição. São Paulo.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3° Seminário Nacional Relações Racionais e Educação – PENESB-RJ, 05 nov,2003.

NOGUEIRA, Carmen Aline Alvares. **A teoria althusseriana da escola como "aparelho ideológico de estado" no contexto atual da educação brasileira.** Campinas. 2010. P16-58.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martin; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bordieu: limites e contribuições.** s.l. Abr, 2002.

SEVERINO, J.A. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. SãoPaulo. Ed.: Cortez. 2007.

11. ANEXOS



Painel Diga não ao Racismo. Exposição do Projeto Integrador “Racismo e Educação”. Anfiteatro Karam Mansur. Jaguariúna-SP. 25 nov, 2019.



Painel Cores de Pele e Representatividade Negra. Exposição “Racismo e Educação”. Anfiteatro Karam Mansur. Jaguariúna-SP. 25 nov, 2019.



Painel Escravidão nunca mais. Exposição Projeto Integrador “Racismo e Educação”. Anfiteatro Karam Mansur. Jaguariúna-SP. 25 nov, 2019.



Exposição Projeto Integrador “Racismo e Educação”. Anfiteatro Karam Mansur. Jaguariúna-SP. 25 nov, 2019.



Mesa com atualidades e frases racistas. Exposição Projeto Integrador “Racismo e Educação”. Anfiteatro Karam Mansur. Jaguariúna-SP. 25 nov, 2019.

Sobre os autores

Rafaela Fernanda dos Santos
Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jaguariúna
E-mail para contato: rafasantos20010@gmail.com

Beatriz de Almeida Silva
Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jaguáriuna
E-mail para contato: beatrizasilva00@gmail.com

Gislaine de Souza Silva
Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jaguariúna
E-mail para contato: gimelittos2@gmail.com

Samantha Milena dos Santos
Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jaguariúna
E-mail para contato: san.milena184@gmail.com

Leandro Eliel Pereira de Moraes
Pós-doutorando em Educação Pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP, especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, graduado em História pela Pontífica Universidade Católica de Campinas PUC e educador popular.
E-mail para contato: leandroeliel@gmail.com